

Artigo

Mapeamento dos conflitos da mineração na Bahia no contexto do neoextrativismo

Lucas Zenha Antonino

Valdirene Santos Rocha Sousa

Guiomar Inez Germani

201

Resumo

O aumento dos processos mineradores no Brasil concorre para o recrudescimento das tensões existentes em torno das áreas mineradas e o surgimento de novos conflitos nesses territórios. O estado da Bahia tem apresentado uma dinâmica crescente no setor extrativo-mineral, sobretudo nas últimas décadas. Paralelamente, ampliam-se os embates entre mineradoras e comunidades locais decorrentes dos diversos impactos desencadeados. A produção acadêmica nesse campo de análise, apesar de crescente, carece de estudos que problematizem a temática à luz das categorias teórico-metodológicas geográficas e possibilitem a ampliação e o aprofundamento do conhecimento concernente à questão da mineração e de suas contradições, em relação com o território. Este trabalho apresenta os resultados de um levantamento que objetivou mapear os conflitos da mineração na Bahia no contexto do neoextrativismo. Os resultados possibilitaram a estruturação de um banco de dados, disponibilizado no sítio eletrônico do Grupo de Pesquisa GeografAR/UFBA, e apresentam o panorama atual desses conflitos; as principais substâncias minerais extraídas e pesquisadas; os Territórios de Identidade e os respectivos municípios explorados e em conflitos; as comunidades ou populações afetadas e as principais dimensões da vida humana e da natureza impactadas nesses contextos. Espera-se atualizar constantemente as informações em um processo de retroalimentação que permita a visualização da realidade, no que tange às atividades da mineração e seu movimento, tendo em vista o dinamismo no cenário baiano.

Palavras-chave: Mapeamento; Mineração; Conflitos; Território.

Mapping mining conflicts in Bahia in the context of neoextractivism

Abstract

The increase in mining processes in Brazil contributes to the intensification of existing tensions around the mining areas and the emergence of new conflicts in these territories. The state of Bahia has shown a growing dynamic in the extractive-mineral sector, especially in recent decades. At the same time, the clashes between mining companies and local communities arising from the various impacts unleashed are increasing. The academic production in this field of analysis, despite growing, lacks studies that problematize the theme in the light of geographic theoretical-methodological categories and enable the expansion and deepening of knowledge concerning the issue of mining, and its contradictions, in relation to the territory. This paper presents the results of a survey that aimed to map mining conflicts in Bahia in the context of neoextractivism. The results enabled the structuring of a database, available on the website of the GeografAR/UFBA Research Group, and present the current panorama of these conflicts; the main mineral substances extracted and researched; the identity territories and the respective exploited and conflicting municipalities; the affected communities or populations and the main dimensions of human life and nature impacted in these contexts. It is expected to constantly update the information in a feedback process that allows the visualization of reality, regarding mining activities and their movement, in view of the dynamism of the Bahian scenario.

Keywords: Mapping; Mining; Conflicts; Territory.

Mapeo de los conflictos mineros en Bahia en el contexto del neoextractivismo

Resumen

El aumento de los procesos mineros en Brasil contribuye a la intensificación de las tensiones existentes en torno a las áreas minadas y al surgimiento de nuevos conflictos en estos territorios. El estado de Bahía ha mostrado una dinámica creciente en el sector extractivo-minero, especialmente en las últimas décadas. Al mismo tiempo, aumentan los enfrentamientos entre empresas mineras y comunidades locales derivados de los distintos impactos desatados. La producción académica en este campo de análisis, a pesar de crecer, carece de estudios que problematicen el tema a la luz de categorías geográficas teórico-metodológicas y permitan ampliar y profundizar el conocimiento sobre el tema de la minería, y sus contradicciones, en relación al territorio. Este artículo presenta los resultados de una encuesta que tuvo como objetivo mapear los conflictos mineros en Bahía en el contexto del neoextractivismo. Los resultados permitieron estructurar una base de datos, disponible en el sitio web del Grupo de Investigación GeografAR/UFBA, y presentar el panorama actual de estos conflictos; las principales sustancias minerales extraídas e investigadas; los territorios de identidad y los respectivos municipios explotados y en conflicto; las comunidades o poblaciones afectadas y las principales dimensiones de la

vida humana y la naturaleza impactadas en estos contextos. Se espera actualizar constantemente la información en un proceso de retroalimentación que permita visualizar la realidad, en cuanto a las actividades mineras y su movimiento, ante el dinamismo del escenario bahiano.

Palabras clave: Cartografía; Minería; Conflictos; Territorio.

Introdução

O modelo de exploração mineral praticado, historicamente, na América Latina e no Brasil tem sido alvo de estudos e críticas, em diversas áreas do conhecimento, sobretudo nos últimos anos. As problemáticas geradas a partir do extrativismo mineral se somam, sobrepõem e acumulam, provocando conflitos de diversas ordens nos territórios de atuação das mineradoras e, para além deles, afetando e alterando paisagens, recursos naturais e até ecossistemas inteiros.

Na Bahia, os conflitos se avolumam ao passo que aumentam as áreas de interesse da mineração, observadas no crescente número de processos minerais ativos em diversos municípios do estado, conforme dados da Agência Nacional de Mineração – ANM (2021). O relatório *Conflitos da mineração no Brasil 2020*, lançado em 2021 pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, apresenta o panorama da situação no âmbito nacional e destaca que, em 2020, foram identificados no país 722 municípios com 823 ocorrências de conflitos, que envolveram uma população de, ao menos, 1.088.012 pessoas. O documento mostra, também, que a Bahia figura entre os três estados da federação que mais concentraram localidades em conflito, sendo o terceiro do *ranking* com 9,8% dos casos, atrás apenas de Minas Gerais, com 45,8%, e Pará, com 14,9% das situações conflituosas identificadas.

Antonino e Germani (2021), ao discutir “A mineração e os conflitos territoriais na Bahia” e seus impactos sobretudo sobre as serras do sertão baiano, destacam a natureza atemporal da problemática no contexto histórico brasileiro, situando os conflitos decorrentes das práticas de exploração mineral em diferentes temporalidades,

“passado, presente e futuro”, e caracterizando cada momento socio-histórico em relação com o contexto político e econômico em que se inseriram/inserem. Montalvão, Moreira e Nunes (2020), por sua vez, tratam do processo de territorialização da mineração no estado da Bahia a partir dos conflitos e também das resistências que emergem nesse contexto em defesa do território.

Esse cenário conflitivo e de violações de direitos decorrentes da atividade mineradora, que se verifica nos estudos publicados, se desenrolam nos diversos Territórios de Identidade da Bahia¹ e guarda estreita relação com o movimento institucional contemporâneo, em curso desde a última década, de flexibilização das normativas exigidas para efetivação da atividade extrativa mineral. Mais recentemente, esse abrandamento das exigências – politicamente justificado enquanto desburocratização de processos – se manifesta através da Portaria nº 135, do Ministério de Minas e Energia (MME), em 28 de março de 2020, que reconhece no âmbito jurídico a “essencialidade” da atividade mineradora, medida forjada no contexto da pandemia de covid-19 (DA SILVA; ANTONINO, 2020; NASCIMENTO, 2020; WANDERLEY *et al.*, 2021).

Para Zucarelli (2021), a essencialidade do setor mineral durante a pandemia foi forjada pelo setor corporativo da mineração, por meio de suas instâncias representativas de classe e da pressão dessa categoria sobre o governo federal. Esse movimento do setor culminou em decreto presidencial (Decreto nº 10.282/2020) e na já referida Portaria nº 135, colocando a mineração acima da vida, haja vista que estudos, como o já referido relatório *Conflitos da mineração no Brasil 2020*, denunciam altos índices de contaminação e morte, decorrentes da covid-19, entre os trabalhadores da mineração, seus familiares e o entorno das localidades mineradas.

¹ Desde o ano de 2007, o estado da Bahia passa a utilizar a regionalização em Territórios de Identidade para fins de gestão e de planejamento de políticas públicas. Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), são 27 Territórios de Identidade constituídos a partir da especificidade de cada região e sentimento de pertencimento. Para essa classificação regional, o Estado baiano parte da concepção de território enquanto “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (SEPLAN, 2021).

O acompanhamento crítico e constante desse processo é fundamental para pensar, coletivamente e criticamente, junto aos movimentos sociais e a partir das diferentes “províncias do saber” (SANTOS, 2006), mecanismos que se apresentem como alternativas ao modelo mineral instituído no cerne do capitalismo. Trata-se de um modelo calcado e consolidado no movimento de ofensiva do capital ultraneoliberal e da financeirização da natureza, que invade territórios do Sul global numa guinada imperialista irrefreável (HARVEY, 2003; PORTO-GONÇALVES, 2012).

Nesse contexto, é importante considerar que a relação sociometabólica do capital expõe uma visão deturpada e utilitarista da relação ser humano-natureza, a partir da qual o capital rege e se alimenta de ambos, consolidando-se como via de mão única. Assim, as corporações passam a ditar as “regras do jogo” com o apoio das estruturas de poder, personalizadas em um Estado cada vez mais inclinado a abrir portas ao capital hegemônico, que avança continuamente sobre a exploração do trabalho e da natureza. Desse modo, conforma-se o tripé capital-trabalho-Estado que sustenta, produz e reproduz continuamente o sistema sociometabólico do capital, a despeito das crises inerentes e em suas diferentes características e nuances (MÉSZAROS, 2011).

Nessa conjuntura, os territórios terra-abrigo na Bahia, tal como em outras realidades, são apropriados por forças do capital hegemônico (ANTONINO, 2019). Seu avanço, produção e reprodução são calcados nos componentes orgânicos do sociometabolismo (MÉSZAROS, 2011) que os transformam em grandes minas de exploração de substâncias minerais revertidos para mecanismos corporativos multinacionais.²

Sob esse prisma, a relevância desse estudo centra-se na atualização e aprofundamento sobre a mineração e os conflitos evidenciados no contexto baiano, guardadas suas particularidades enquanto “aspecto da realidade global” em sua totalidade concreta (SANTOS, 2006). Se constitui, também, enquanto possibilidade de

² O relatório *Mapa dos conflitos da mineração no Brasil* destaca que a categoria “Mineradora internacional” é a mais apontada como “Violadores - quem causou a ação”, ocupando a primeira posição com 48,7%, seguida por “Mineradora” (23,8%) e “Extração ilegal” (19,4%) (2021).

fonte metodológica e de identificação de lacunas para outras investigações, pois, como destaca Zhouri (2018), a mineração ainda se apresenta como “um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil”. A identificação das realidades territoriais e a exposição detalhada das dimensões conflitantes também se constituem enquanto elementos relevantes, dada a possibilidade de dar visibilidade às problemáticas sociais vivenciadas por grupos sociais historicamente explorados, expropriados e invisibilizados.

Nessa perspectiva, o estudo apresentado objetivou, *a priori*, mapear os conflitos da mineração na Bahia no contexto do neoextrativismo. Nesse ínterim buscou-se, também, identificar as principais substâncias minerais extraídas e pesquisadas; os municípios explorados nos respectivos Territórios de Identidade; as comunidades ou populações afetadas; e as principais dimensões da vida humana e da natureza impactadas por esses conflitos.

Metodologicamente, articula-se teoria, método e concreção socioespacial com vistas ao debate crítico dos conflitos e contradições da realidade social em perspectiva (LUKÁCS, 1978; PIMENTEL E SILVA, 2021). Dessa forma, realizou-se estudo exploratório a partir de busca e levantamento de dados por meio de consulta às bases de dados da ANM e da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM); estudos científicos, notícias e reportagens em sítios na internet, acompanhamento de audiências públicas e reuniões dos movimentos sociais, além de oficinas e formações com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAN), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais no Estado da Bahia (AATR), entre outros. Esse processo se desenvolveu no primeiro semestre de 2021 e em parte do segundo, e se somou às informações colhidas em campo em anos anteriores, por ocasião de ações de extensão no âmbito do Grupo de Pesquisa GeografAR/UFBA, no acompanhamento de conflitos – dados empíricos – e de outras pesquisas, a exemplo de Antonino (2019), dando continuidade e melhor estruturando o banco de dados da mineração na Bahia.

O texto está organizado em duas sessões, além da parte introdutória e das considerações, que não pretendem encerrar o debate, mas, ao contrário, suscitar

reflexões futuras e contínuas sobre as questões evidenciadas de um “campo em luta”. A primeira parte apresenta o panorama da expansão dos processos minerários no cenário baiano, mapeando-os e analisando-os sob o prisma do território enquanto categoria teórico-metodológica que se consolida na dialética “o chão mais a população” (SANTOS, 2006), se expressa nas lutas e disputas que o conforma, produz e reproduz dialeticamente por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2020). Na segunda parte, discorre-se de modo mais detalhado sobre os conflitos identificados, elencando os principais problemas nos diferentes Territórios de Identidade baianos, e amplia-se a “lente” na abordagem de alguns casos específicos, dadas suas especificidades e singularidades mediante (e em relação com) a totalidade.

1. Territórios da mineração na Bahia: Avanço dos requerimentos, concessões de lavra e conflitos no contexto do neoextrativismo

O extrativismo diz respeito “às atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados – ou processados apenas parcialmente – e que se destinam sobretudo à exportação”, segundo acepção de Acosta (2016, p. 50). Aqui, segue-se esse entendimento no sentido de diferenciar o extrativismo industrial de mercado das práticas extrativistas desenvolvidas por povos originários e comunidades tradicionais, geralmente voltadas à subsistência. O garimpo, seja ele regulamentado ou ilegal, também agrega o conjunto de atividades extrativistas em voga nesse trabalho, haja vista as características com as quais ele se insere na antiga e na atual Divisão Internacional do Trabalho (SMITH, 1998).

O extrativismo, enquanto atividade econômica, trata-se de uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada “nas Américas” por ocasião da colonização e resultou em relações imperialistas e de dependência estabelecidas há mais de cinco séculos, na então relação colônia-metrópole, se perpetuando até os dias atuais. No

contexto contemporâneo, observa-se algumas mudanças em relação às atividades do extrativismo de base colonial, no que tange a relação de exploração que está posta, e se relacionam com a dimensão política e econômica, sobretudo. Essa tese é defendida por Milanez e Santos (2014, p. 34) ao afirmarem que se trata de uma mudança de paradigma em que, observa-se, “na dimensão econômica, o neoextrativismo foi associado à reprimarização da pauta de exportação brasileira e do PIB”; e na dimensão política, elementos específicos do padrão neoextrativista podem ser associados aos principais objetivos da proposta de novo marco legal mineral. Portanto, a maior intervenção do Estado, sobretudo na regulamentação do setor, com uma tendência a priorizar os interesses corporativos, é evidente.

A intensidade com a qual se desenvolvem os diversos tipos de extrativismos com uma capacidade de produção – taxa de extração – muito maior do que “os limites ecológicos de renovação” da natureza também é apontada como diferencial desse momento contemporâneo da atividade minerária. Este último aspecto se relaciona com a aplicação de um aparato industrial cada vez mais sofisticado nos processos de extração mineral (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2009).

No entanto, do ponto de vista estrutural, ou da gênese do processo extrativista mineral, constata-se a permanência da condição estabelecida por ocasião do processo colonizador, no qual as antigas metrópoles – hoje classificados como países ricos – “importam natureza”, enquanto que as colônias – atuais países subdesenvolvidos ou pobres – exportam. Portanto, destaca-se nessa análise que, apesar do prefixo “neo” acrescido ao termo extrativismo no discurso contemporâneo, é mister considerar que, na prática, essas “inovações” não alteram as relações sociais de classes que se dão no cerne do sistema capitalista, nas diferentes escalas, nem tampouco modificam o *status quo* das nações e populações historicamente subalternizadas e dependentes.

De tal modo como foi no período da colonização, o poder hegemônico segue ampliando sua atuação nos territórios de exploração minerária. Contudo, o “novo” momento socio-histórico se apresenta com uma “nova roupagem” (MORENO, 2016) ou

um renovado *modus operandi* (ACOSTA, 2016). Novos termos (*commodities*) e discursos como o da sustentabilidade (padrões ESG³), técnicas e tecnologias inovadoras que são aplicadas numa escala industrial da produção extrativo-mineral. O extrativismo mineral se amplia e, com ele, se expõem injustiças sociais, impactos ambientais e tantas outras questões discutíveis dessa atividade econômica que é secular no contexto brasileiro e no baiano. Mudam-se as “roupas”, mas permanecem as estruturas do poder por ela encobertas.

Para Gudynas (2009), o neoextrativismo mineral é o causador de “patologias” políticas, econômicas, sociais e ambientais diversas na América Latina e no Brasil, país que é um dos maiores exportadores de minérios do planeta. Portanto, o neoextrativismo se trata de uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização do capitalismo transnacional, que mantém e avança com a fragmentação territorial, com áreas relegadas e enclaves extrativos associados aos mercados da globalização, agravando os impactos sociais e ambientais.

A partir desse breve recorte conceitual é que se apresenta a realidade concreta que ocorre no espaço baiano com seus conflitos e contradições. De acordo com dados da Agência Nacional da Mineração (ANM), o estado da Bahia é, desde 2019, o quarto estado mais minerado do país, ficando atrás apenas dos estados do Pará, Minas Gerais e Goiás (MARQUES; ANTONINO; MONTALVÃO, 2021).

A Bahia é um estado com grande extensão territorial, pertencente geologicamente ao Cráton do São Francisco, região de aproximadamente quatro bilhões de anos na escala do tempo geológico. É uma região repleta de saberes geológicos grafados nas paisagens que contam a história do próprio planeta Terra, uma das explicações para tanta “riqueza mineral” que é manifestada em seu território. A variedade mineralógica e o patrimônio geológico da Bahia são enaltecidos,

³ Sigla em inglês relativa aos padrões ambientais, sociais e de governança (*environmental, social and governance*). Segundo o IBRAM (2021), as “mineradoras devem ser ‘companhias verdes’ para terem sucesso no mercado de capitais”. O cumprimento dos padrões ESG passou a ser observado pelos investidores como critérios de priorização no mercado global de capitais. Assim, o “marketing verde” se torna cada vez mais importante no setor corporativo.

constantemente, por profissionais e/ou empreendedores do ramo da mineração, como também pelo Estado que tutela a ação do capital corporativo nos territórios.

Assim, as serras que entrecortam a Bahia, a beleza cênica e a biodiversidade da Chapada Diamantina, os diversos rios que percorrem seus cursos alimentando plantações, famílias e animais (atividades produtivas majoritariamente de base familiar), seguindo em direção ao mar, os biomas já bastante castigados da Caatinga, do Cerrado e da Mata Atlântica,⁴ o vasto litoral com suas baías, suas reentrâncias, seus mangues e berçários de vida, tudo vira alvo do setor econômico disseminando conflitos socioambientais.

Os resultados de pesquisas anteriores sobre os conflitos nos “territórios extrativo-mineral” na Bahia apontaram exemplos de violações sistemáticas de direitos, em diferentes temporalidades com relação à situação da exploração. Antonino (2019) realizou exaustivo trabalho em levantamento de casos em que a extração mineral já foi encerrada, porém os problemas ainda permanecem nos territórios; situações de exploração, em curso, com problemas presentes e, também, situações em que na fase de pesquisa geológica já começam a gerar aflições e tensões sociais diante do anunciado.

Desse modo, problemas na ordem do cotidiano ainda estão associados a antigas extrações – ou beneficiamento mineral – e continuam acometendo, de forma agressiva, a natureza e as populações. São as espoliações territoriais do passado que permanecem ressoando ainda na atualidade, pois o entusiasmo que se manifesta na abertura de uma nova mina não se dá quando ocorre seu encerramento. Raramente são observados o cumprimento dos protocolos de um descomissionamento de barragem e ou desativação de mina.

Atualmente, o volume de processos minerários apresenta indicadores em plena expansão. As autorizações de pesquisas minerais em andamento registram, em setembro de 2021, um total de 14.121 processos, somados a mais 1.686 que estão em fase

⁴ A Bahia é o segundo estado brasileiro que mais desmata a Mata Atlântica segundo divulgação realizada pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2019). A Caatinga e o Cerrado ainda carecem de estudos mais aprofundados, porém seguem a mesma lógica e são ainda menos valorizados.

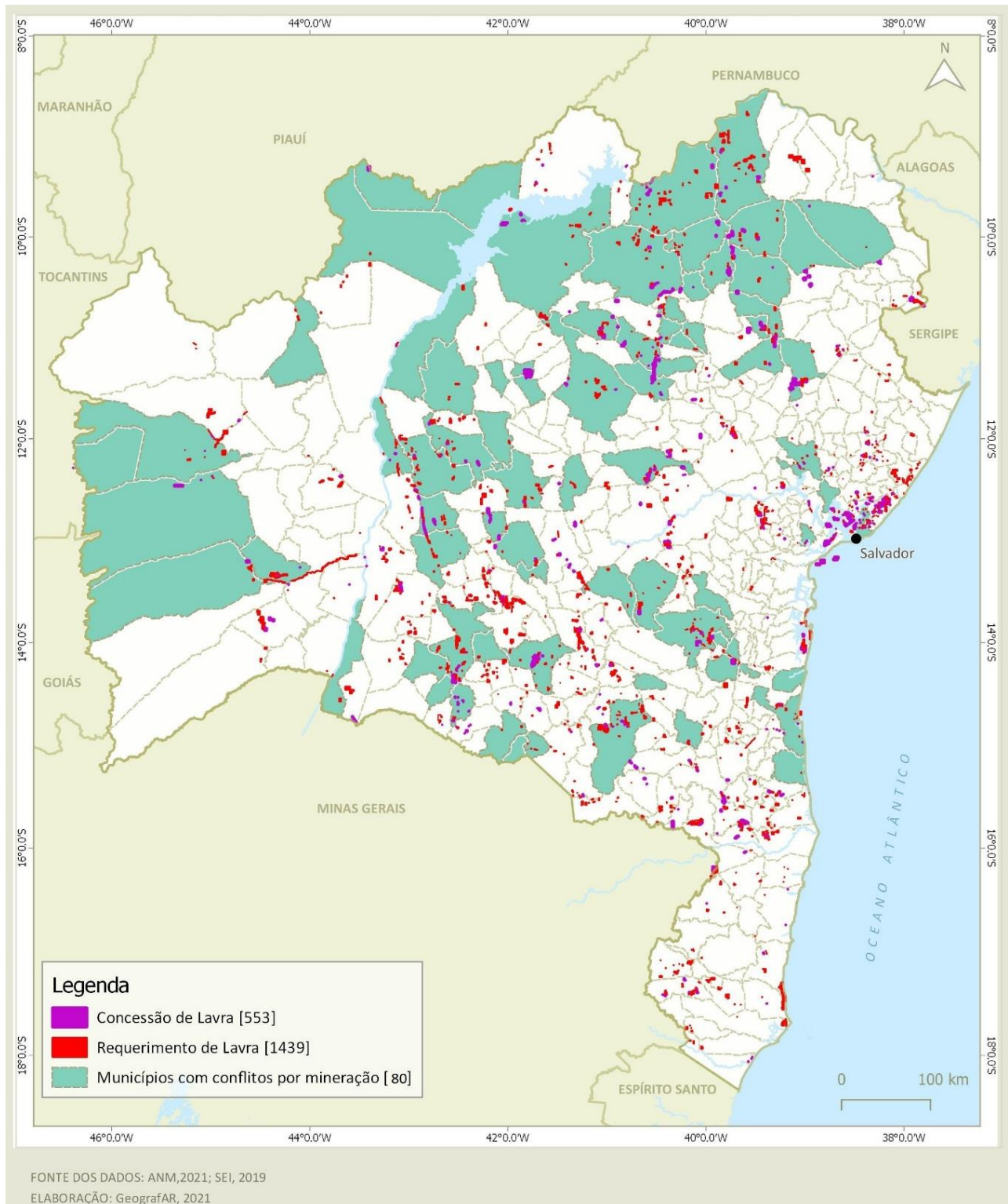
Espacialmente, nota-se a profusão de pesquisas minerais por todo o território do estado da Bahia, ou seja, as áreas de interesses minerários se espraiam nos Territórios de Identidade, com marcada concentração em algumas áreas específicas. Nota-se uma menor incidência das “manchas” relativas aos processos de pesquisa em regiões do estado como a faixa oeste e nordeste.

Para além da perspectiva da rigidez locacional, presente na narrativa corporativa e política de que a mineração ocorre em áreas onde há ambiente geológico favorável, ou seja, apresenta o minério no subsolo, é importante considerar que, em parte, esses espaços menos pesquisados, trata-se de lugares dominados por outras atividades econômicas. No caso do extremo oeste baiano existem outros interesses mercantis, ligados à fronteira de expansão do agronegócio, que concorrem para a ocupação do território que, por sua vez, também produzem conflitos e apresentam suas próprias dinâmicas, conflitos e contradições. Ainda assim, a mineração se faz presente, em alguns casos concomitante, e mesmo que pontualmente se constitui enquanto forma de “uso do território” (SANTOS, 2006).

A problemática ilustrada traz no seu bojo a complexidade inerente ao projeto hegemônico, calcado no pensamento colonialista que se pauta em processos de acumulação primitiva do capital, de expropriação dos bens da natureza, em nome da manutenção de um modo de produção e reprodução dominante que impera no mundo capitalista globalizado (HARVEY, 2003; ANTONINO, 2019).

Até setembro de 2021, registraram-se 553 projetos em andamento com situação ativa de “Concessão de lavra” na Bahia,⁵ conforme **Mapa 2**. Essa é a totalidade de extrações minerárias legais e ativas na Bahia, adicionando-se mais 40 processos ativos de lavras garimpeiras formais.

⁵ Concessão de lavra é o momento em que o empreendimento tem a permissão e o direito de aproveitar industrialmente os recursos minerais desde a extração até o “beneficiamento” das substâncias. Nesse procedimento, transferem-se direitos patrimoniais do Estado para uma entidade privada que passa a gerir o recurso com exclusividade.

Mapa 2 – Mineração na Bahia: requerimentos, concessões de lavra e conflitos territoriais, 2021.

Fonte: tabela de conflitos minerais do GeografAR/UFBA, 2021, disponível no banco de dados da mineração no site do grupo de pesquisa; ANM, 2021; SEI, 2019. Elaboração: GeografAR, 2021. Atualizada em maio de 2022.

A mineração está presente em mais de 225 municípios baianos, ou seja, mais da metade dos 417 municípios que compõem o estado. Cerca de 60 substâncias minerais são extraídas, algumas com exclusividade no cenário nacional, como a exploração do vanádio e urânio em Maracás e Caetité, respectivamente. Somam-se 1.439 processos que solicitam autorização para extração (requerimento de lavra), portanto esses números de concessões irão triplicar em curto espaço de tempo (ANM, 2021; CBPM, 2021).

Ao se expandir e se territorializar no espaço baiano, o capital mineral afeta dinâmicas econômicas e culturais locais, regionais, urbanas e rurais, causando uma relação de dependência no microcosmos do lugar – enquanto tecido das identidades socioespaciais (SOUZA, 2020). Assim, interfere nos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006) a partir de uma racionalidade hegemônica que se instala na própria constituição do território minerado, origem de conflitos explicitados em 80 municípios baianos, conforme identificados no Mapa 2.

Os conflitos ocorrem com diferentes níveis de tensionamento e se relacionam à dimensão da natureza e/ou humana, dependendo da extensão do empreendimento, do tipo de mineral extraído, da tecnologia aplicada, do investimento realizado, das fiscalizações dos órgãos públicos ou da sua indiligência, além de outros fatores. Ou seja, os conflitos se fazem mais presentes quanto mais profundas forem as situações de injustiça e sofrimento ambiental e também se relacionam com os processos de enfrentamentos, resistências e lutas que emergem nesse contexto (FUCKS, 2001; ACSELRAD, 2004).

Considerando-se a espacialização dos municípios em conflitos por mineração, observa-se um adensamento desses casos em determinados Territórios de Identidade. As realidades conflitivas estão situadas, predominantemente, em territórios situados no semiárido baiano. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas historicamente pelas populações que habitam esse domínio morfoclimático, a inserção da mineração, ao contrário do discurso desenvolvimentista propagado pelo Estado e empresas mineradoras, concorre para o recrudescimento de injustiças sociais e problemas

ambientais vivenciados pelas comunidades como, por exemplo, aqueles ligados ao acesso à água e à terra.

Nesse contexto, pondera-se ainda a distribuição espacial dos requerimentos de lavra e concessões de lavra ativas que se dá em grande parte do espaço baiano. A partir da conjuntura e com o histórico creditado à mineração em diversas realidades, e em paralelo com o mapeamento sobre os conflitos registrados, conjectura-se que a grande maioria dos territórios extrativo-mineral em andamento no estado da Bahia são afetados por algum embate, seja no campo ou na cidade. Na prática, esses conflitos se associam com diferentes dimensões socioespaciais e se dão na realidade concreta através dos contrassensos entre as “arenas políticas” (FUKS, 2001), compostas por agentes e/ou sujeitos sociais e representadas pela ação das empresas, dos trabalhadores do setor, do poder público – Estado e/ou empresas estatais –, dos movimentos sociais, dentre outras.

2. A realidade de municípios minerados na Bahia: Impactos e conflitos nos Territórios de Identidade

Na Bahia, historicamente, a mineração produz alterações territoriais nos espaços em que se instala. Enquanto conflitos do passado ainda repercutem na atualidade, os conflitos do futuro já começaram a ser expostos no presente, em especial afetando grupos sociais que estão nas áreas almejadas para as atividades da mineração. Em todas essas dimensões temporais – o ontem, o hoje e o amanhã – é possível observar o *modus operandi* do setor mineral que se sobrepõe aos territórios terra-abrigo, lugar de morada, de identificação, de pertencimento e de reprodução da vida das populações do campo e dos grupos tradicionais. Desse modo, a Geografia enquanto ciência do presente (SANTOS, 2006) se constitui como importante via de análise que possibilita olhar para o presente, questionar o passado e problematizar o futuro.

Com o advento da mundialização e a expansão do modo de produção capitalista, os bens da natureza passam a ser entendidos como recurso e, como tal, são transformados em mercadorias passíveis de apropriação privada. No contexto do capital ultraneoliberal e da financeirização da natureza, a indústria extrativa mineral se constitui enquanto via e mecanismo para a acumulação permanente do capital, a partir da lógica da acumulação por espoliação, atrelado ao discurso neodesenvolvimentista (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2003; BRANDÃO, 2010).

Estar na pauta prioritária do que é considerado “fundamental para o desenvolvimento do país” justifica a expropriação de quem faz uso dos bens naturais disputados, contrapondo concepções de mundo e de natureza, motivando fortes contradições que podem culminar em conflitos. Estes afetam várias dimensões e são decorrentes de uma relação da interferência direta na natureza, modificando-a negativamente, provocando transtornos no cotidiano das populações que residem nas adjacências dos empreendimentos minerários. Dentre as patologias provocadas pela mineração, apontadas por Gudynas (2009), a deterioração profunda e, em muitos casos, irreversível, do meio ambiente e as graves tensões sociais desencadeadas nas regiões onde são realizadas atividades extrativistas provocam o acirramento de questões conflitivas. Transpondo essas proposições para o contexto baiano, verifica-se que essa é a realidade vivenciada nos diferentes Territórios de Identidade.

Elucida-se, como exemplo, o caso de uma mina abandonada há mais de 50 anos, no antigo distrito e, desde 1989, município de Bom Jesus da Serra – Território do Sudoeste Baiano –, cuja exploração da crisólita para produção do amianto se deu por quase três décadas consecutivas (1940-1968). Danos extremos à natureza, prejuízos à saúde dos trabalhadores e da população ao redor da área explorada, expostos aos riscos da inalação do pó mineral. Após a extração, a substância ainda deixa rastros mesmo com a mina tendo sido desativada. Fernanda Giannasi, engenheira civil e ativista referência no assunto, no Brasil e internacionalmente, declarou: “Bom Jesus da Serra sofreu um dos crimes corporativos mais predatórios do mundo, perpetrado pela indústria do amianto”

(RADIS, 2012). Dezenas de ações ainda correm na justiça referente a este caso que envolveu muitos óbitos e deixou enfermos, causados pela asbestose, doença proveniente do pó do amianto que penetra nos pulmões e sufoca a pessoa, sendo uma substância altamente cancerígena.

Ainda olhando para eventos do passado, a partir dos estudos de Antonino (2019), destacam-se mais dois antigos territórios extrativo-mineral explorados na Bahia e que se articulavam produtivamente. Trata-se da mineração de chumbo no Território Bacia do Paramirim, especificamente no município de Boquira,⁶ e o seu beneficiamento na cidade de Santo Amaro da Purificação, Território do Recôncavo. A enorme “amputação territorial” provocada pela extração do chumbo permanece há mais de duas décadas sem solução alguma para a natureza, para os antigos trabalhadores e para a população em geral que vivenciou esse conflito no passado e sob os quais perduram, na atualidade, as nefastas consequências nos dois municípios. Nestes não se verifica o desenvolvimento econômico ou social propagado por ocasião da introdução da atividade extrativa nos territórios.

No que tange às situações contemporâneas de extrações ou pesquisas minerais ativas, apontam-se diversos outros exemplos que corroboram com a perpetuação da sangria dos/nos territórios, amparados por todo lastro na legislação vigente no país, inclusive a ambiental. Se extrações minerais do passado foram e são drásticas para a natureza e para o ser humano, os territórios extrativo-mineral da atualidade não modificaram muito esses desdobramentos. Na **Tabela 1** apresenta-se uma primeira síntese organizada por Territórios de Identidade com mais conflitos registrados, até então, no levantamento realizado no âmbito do GeografAR (2021) sobre os conflitos da mineração na Bahia. No sítio eletrônico do Grupo de Pesquisa é possível acessar, de modo mais detalhado, informações colhidas em campo e as respectivas fontes de acesso.

⁶ Na atualidade, existem empreendimentos em Boquira de extração de granito, localizados na comunidade rural de Buriti, Nova Aparecida e em várias outras comunidades. Registros demonstram a instalação de empreendimentos sem os devidos procedimentos de consultas às populações e com impactos em seus territórios. Existem outras áreas de interesse para exploração de quartzito no Território Bacia do Paramirim (OLIVEIRA; MARQUES; BOMFIM, 2017).

Tabela 1 – Conflitos da mineração identificados nos Territórios de Identidade na Bahia/BR, 2021.

Território de Identidade e nº de municípios	Municípios com registro de conflitos (nº)	Processos ativos na ANM dos municípios com conflitos	Principais substâncias extraídas ou pesquisadas	Populações atingidas/ Afetadas
Bacia do Paramirim (9)	Boquira, Macaúbas (2)	475	Chumbo, quartzito, cobre	Ex-trabalhadores das minas, populações urbanas periféricas e agricultores
Chapada Diamantina (24)	Abaíra, Iramaia, Lençóis, Morro do Chapéu, Seabra, Piatã, Novo Horizonte (7)	821	Ouro, areia, quartzito, diamante, calcário, basalto, argila, mármore, rutilo, barita, ferro, quartzito, alumínio	Comunidades quilombolas
Irecê (20)	Barra do Mendes, Gentio do Ouro, Irecê, Lapão, Uibaí, Xique-Xique (6)	547	Quartzito, granito, ouro, calcário, fosfato, zinco, chumbo, cascalho, areia, argila, diamante, quartzito	Camponeses, agricultores familiares, comunidades de fecho e fundo de pasto, quilombolas, ribeirinhos
Médio Rio de Contas (16)	Gongogi, Itagibá, Ipiauí, Jitaúna, Jequié (5)	411	Níquel, areia, ferro, níquel, gnaïsse, granulito, quartzito, granito, terras raras	Fazendeiros, agricultores, comunidades ribeirinhas, comunidade urbana e rurais
Piemonte da Diamantina (10)	Jacobina, Miguel Calmon, Ourolândia, Saúde (4)	421	Ouro, ferro, barita, calcário, fosfato, prata, manganês, quartzito, rochas ornamentais, mármore, esmeraldas, cromo	Comunidades quilombolas e assentamentos rurais
Piemonte Norte do Itapicuru (13)	Andorinha, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim (7)	1132	Granito, cromo, ferro, quartzito, rochas ornamentais, calcário, quartzito, argila, cascalho, esmeralda, cobre, alexandrita, ouro, níquel, manganês	Fundo e fecho de pasto, pescadores, produtores rurais, quilombolas, projetos de assentamentos, trabalhadores dos garimpos.
Sisal (20)	Araci, Barrocas, Cansanção, Monte Santo, Nordestina, Santaluz (6)	597	Ouro, quartzito, diamante, cobre, granito, cromita	Assentamentos, agricultores familiares, comunidades de fundo e fecho de pasto, comunidades quilombolas
Sudoeste Baiano (24)	Bom Jesus da Serra, Cordeiros, Condeúba, Licínio de Almeida, Piripá, Vitória da Conquista (6)	613	Amianto, betonita, argila, areia, cascalho, gnaïsse, quartzito, ferro, mármore, vanádio, titânio, manganês, granito, xisto	Ex-trabalhadores da mina, familiares e populações ao redor, Associação Baiana de Expostos ao Amianto (ABEA), agricultores familiares, quilombolas. Impactos ambientais.
Sertão do São Francisco (10)	Campo Alegre de Lourdes, Canudos Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Uauá (8)	2565	Fosfato, cobre, níquel, ferro, mármore, quartzito, areia, granito, manganês, barita, quartzito, cobalto, gnaïsse, magnesita, cromita, calcário, ouro	Comunidades quilombolas, e comunidades de fundo de pasto, assentamentos
Sertão Produtivo (19)	Brumado, Caetité, Guanambi, Lagoa Real, Pindaí (5)	725	Magnesita, talco, urânio, ferro, ouro, granito, gnaïsse, manganês	Bairros urbanos, comunidades de agricultores rurais, comunidades quilombolas
Velho Chico (16)	Brotas de Macaúbas, Ibotirama, Malhada, Oliveiras dos Brejinhos (4)	612	Quartzito, areia, calcário, ferro (afetados pela exploração em Caetité), quartzito, cascalho, argila, gnaïsse	Comunidades de fundo e fecho de pasto e outras comunidades ribeirinhas

Fonte: Tabela de conflitos da mineração na Bahia - GeografAR/UFBA, 2021, disponível no banco de dados da mineração em <www.geografar.ufba.br>. Elaboração: os autores, 2021. Atualizada em maio de 2022.

A diversidade de populações afetadas se destaca: povos do campo, mas também das cidades, comunidades de fundo e fecho de pasto, associações de pescadores, associações de produtores rurais, comunidades quilombolas, projetos de assentamentos, trabalhadores dos garimpos e das indústrias extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares, povos originários, dentre outros que sofrem, constantemente, violações de direitos e têm seus modos de vida, assentados em bases tradicionais, ameaçados.

A Chapada Diamantina, região de rochas proterozoicas que ficou conhecida também como a “Vila Rica da Bahia”, passou por extrações minerais ainda no período colonial e, até hoje, ainda apresenta dinamismo no ramo com grande potencial para futuras jazidas que estão em prospecção e em pesquisa. O Território de Identidade Chapada Diamantina abrange 24 municípios e se destaca com um papel importante no setor de turismo e de preservação ambiental no âmbito estadual e nacional, atraindo também o turismo internacional – a região chama atenção por sua morfologia residual esculpida ao longo de anos de intemperismo, associada ao grande número de cachoeiras e grutas. Contudo, altos investimentos do setor mineral têm sido direcionados para esse território (sobretudo para os municípios de Iramaia, Lençóis, Morro do Chapéu, Seabra, Piatã e Novo Horizonte) como também para o vizinho Território Piemonte da Diamantina (principalmente os municípios de Jacobina, Miguel Calmon, Ourolândia e Saúde). São territórios cobiçados devido a sua diversificação mineral abundante e sua riqueza em ouro e pedras preciosas, como esmeraldas e outros minerais valiosos.

Com a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina (em 1985), abrangendo parte dos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, todos com históricos de antigas lavras minerais e consequentes transformações na paisagem, atualmente vivem outra realidade com o desenvolvimento do ecoturismo. No entanto, são constantemente pressionados pelas pesquisas e avanços do setor mineral ao redor dos limites do parque, pois sabe-se das “riquezas” do subsolo que ainda podem ser extraídas. O parque tem um importante papel no abastecimento de

água da capital do estado⁷ e seu entorno, apresentando vasta biodiversidade como pode ser observado no Vale do Pati, um atrativo de preservação ambiental e turismo de base comunitária, mas que também convive com pressões socioambientais pela crescente demanda turística e queimadas constantes (OLIVEIRA; MARQUES; BONFIM, 2017).

No município de Piatã, Território da Chapada Diamantina, o drama das populações só aumenta com a chegada de um grande empreendimento da mineração de ferro e com a previsão de que mais cinco empresas se instalem nos próximos anos. São diversos conflitos travados entre comunidades tradicionais, quilombolas, agricultores familiares e mineradora. A população questiona o não cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a consulta prévia, livre e esclarecida da comunidade, antes que se instale qualquer empreendimento que cause impactos sobre os territórios de uso comum e suas populações. No município vizinho, Abaíra, a ameaça da exploração mineral também já provoca conflitos ainda na fase de pesquisas. Recentemente, comunidade rurais, realizaram o I Intercâmbio de Agroecologia e Soberania Popular da Chapada Diamantina⁸ que reuniu diversos coletivos, universidades, associações e outras instituições, para discutir sobre o modelo mineral baiano e a violência do setor sobre as comunidades.

Os coletivos criticam o papel do Estado através da atuação de suas instituições, como o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), que aprovaram o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentado pela empresa, sem que os mesmos constassem a informação da presença das comunidades quilombolas na região. Questionam a aplicação dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), pois não se verifica a devida transparência a respeito da gestão desse recurso no município. Diante dessas e outras situações de violência e impactos socioambientais, a população tem se articulado e

⁷ O rio Paraguaçu tem sua nascente localizada no Morro do Ouro, Serra do Cocal, município de Barra da Estiva, que pertence ao Território da Chapada Diamantina. Próximo ao final do seu curso de mais de 600 km, o rio é represado (barragem de Pedra do Cavalo) e serve ao abastecimento de água para vários municípios do Recôncavo, Feira de Santana e a capital do estado, Salvador.

⁸ A atividade foi realizada na Comunidade do Brejo, município de Abaíra entre os dias 26 a 28 de março de 2022.

resistido frente às violências sofridas em decorrência da mineração em seus Territórios de Identidade.⁹

Nos territórios Sertão do São Francisco, Sisal, Velho Chico, Irecê e Sertão Produtivo, todos localizados na zona semiárida – o que acarreta uma preocupação a respeito da utilização da água, tema de fundamental relevância frente ao crescimento e à expansão dos territórios-minerais nessas regiões –, impressiona o volume de processos ativos na ANM. Esses territórios são muito requisitados com projetos de grande porte, tanto antigos como atuais, lideram as solicitações de pesquisas e representam uma diversidade mineral de cobre, cromo, calcário, ouro, diamante, fosfato, entre outros. Trata-se de regiões com grande diversidade cultural dos povos e comunidades tradicionais como quilombolas e de fundo de pasto que ocupam áreas pertencentes a importantes bacias hidrográficas na Bahia, como a do rio São Francisco e do rio Itapicuru. Nesses territórios, diversos municípios apresentam “conflitos do presente”, onde os territórios extrativo-mineral fazem suas extrações com as devidas concessões de lavra emitidas pelo governo federal.

Alguns destaques aqui delineados são os municípios de Andorinhas e Jacobina na extração de ouro; Caetité com o urânio e o debate em torno da futura mina de ferro a ser explorada pela empresa da Bamim que, mesmo não estando em operação, já está causando transtornos; Campo Formoso com calcário, cromo e esmeraldas; Campo Alegre dos Lourdes com fosfato; Jaguarari e Curaçá com o cobre; Nordestina com os diamantes extraídos de forma industrial;¹⁰ e Sento Sé que começa uma grande extração de ferro às

⁹ Recentemente, no mês de setembro de 2021, realizou-se uma audiência pública com a presença do Ministério Público, empresa mineradora, poder público, instituições de ensino, pesquisadores e uma grande quantidade de movimentos sociais e comunidades de Mocó e Bocaina, onde se tensionou a respeito de inúmeras problemáticas decorrentes da mineração no Território da Chapada Diamantina. Na ocasião também foi encenado, por uma professora, o texto de uma reportagem publicada pela mesma e veiculado em mídia virtual intitulada “A herança da rainha - impactos da mineração inglesa no interior da Bahia”, disponível em <<https://midianinja.org/news/a-heranca-da-rainha-impactos-da-mineracao-inglesa-no-interior-da-bahia/>>. No artigo se evidencia a problemática em tela, questionando-se as contradições do modelo mineral que por meio do capital financeiro internacional (capital britânico) “reproduz o horror da poluição em comunidades quilombolas do interior da Bahia”.

¹⁰ O documentário “O Pé de Mulungu e a Mina de Diamantes” retrata o caso da exploração mineral de diamantes em Nordestina/BA através de imagens e depoimentos importantes para o entendimento da problemática.

margens do rio São Francisco em territórios de comunidades tradicionais.¹¹ No caso de Campo Formoso, já com ampla atividade mineral, lidera as solicitações de pesquisas junto a ANM. Trata-se de um município de grande extensão territorial e que apresenta diversidade de comunidades tradicionais. Portanto, são projetos de mineração de médio e grande porte, todos situados em territórios da zona semiárida na Bahia e que registram conflitos territoriais, afetando diversas populações e a natureza (ANTONINO, 2019).

Os dados levantados e sistematizados apresentam um panorama da presença e intensidade da atividade mineradora na Bahia no contexto do neoextrativismo. Na **Tabela 2**, demonstra-se outros Territórios de Identidade com menos registros conflituosos, até o presente momento, cuja soma das duas tabelas aponta 22 Territórios de Identidade nos quais foram identificadas situações de conflitos, de um total de 27 territórios e na Bahia. Entretanto, tem-se conhecimento de práticas de extração mineral também em municípios localizados em outros territórios, os quais carecem de exame mais empírico e detalhado. Neste ponto, reside a pertinência da retroalimentação constante dos dados em investigações posteriores, dada a dinâmica e dispersão da atividade mineral no estado,¹² possível principalmente por meio da aproximação, articulação e acompanhamento permanente junto aos movimentos de resistências.

Nos dados das duas tabelas, na grande variedade de minérios explotados e/ou pesquisados, destacam-se o ouro e o quartzo que aparecem em mais de um terço dos territórios, mas também há presença de minerais raros como diamante, urânio e vanádio, sendo estes dois últimos extraídos apenas na Bahia no cenário brasileiro. Também chama atenção os territórios em que mais da metade dos municípios que o compõem vivenciam algum tipo de conflito, podendo-se citar os territórios Sertão do São Francisco e

¹¹ Conforme carta-denúncia de 27/05/2021, as comunidades tradicionais ribeirinhas localizadas no entorno da Serra da Bicuda, em Sento Sé (BA), denunciam os impactos causados pela Tombador Iron Mineração, cujas licenças foram concedidas sem a realização de consulta prévia, livre e informações às comunidades. Apenas quatro dias após o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) conceder a licença de operação, já iniciaram as operações com grandes transtornos nas comunidades de Sento Sé.

¹² Segundo dados do IBRAM e da CBPM, a Bahia é o estado do Brasil que mais atrairá investimentos em mineração até 2024. Do total de investimentos previstos para os próximos quatro anos, 35% deverão ir para a Bahia. Em 2020, a produção mineral cresceu cerca de 60% e no primeiro semestre de 2021 a taxa de crescimento já alcança 75%.

Piemonte do Rio Itapicuru. No entanto, indiretamente, muitos outros municípios podem estar sendo afetados pelos efeitos danosos da mineração, pois muitos desses territórios compartilham de uma mesma bacia hidrográfica, se utilizam das águas de um mesmo rio, portanto, também sentem, em diferente proporção, os impactos da atividade minerária.

Tabela 2 – Conflitos da mineração identificados nos Territórios de Identidade - Bahia/BR, 2021.

<i>Território de Identidade e nº de municípios</i>	<i>Municípios com registro de conflitos (nº)</i>	<i>Processos ativos na ANM dos municípios com conflitos</i>	<i>Principais substâncias extraídas ou pesquisadas</i>	<i>Populações atingidas/ Afetadas</i>
<i>Bacia do Rio Corrente (11)</i>	Correntina, Santa Maria da Vitória (2)	213	Manganês, areia, argila, calcário, manganês, fosfato, ouro	Comunidades rurais, comunidades tradicionais de fechos de pasto
<i>Bacia do Rio Grande (14)</i>	Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, São Desidério (4)	313	Areia, argila, brita, calcário, tálio, cobalto, manganês, cascalho	Comunidades rurais e população urbana
<i>Baixo Sul (15)</i>	Camamu (1)	72	Instalação de mineroduto	Comunidades indígenas e rurais, pescadores
<i>Médio Sudoeste da Bahia (13)</i>	Nova Canaã (1)	101	Pedras ornamentais, quartzito foliado	Comunidade rural do distrito de Itajaí, produtores rurais
<i>Metropolitano de Salvador (13)</i>	Salvador, Simões Filho e Região Metropolitana de Salvador – RMS (1 + RMS)	118	Areia, granulito, sal-gema, argila, saibro, calcário, água mineral, cascalho, manganês	Comunidade urbanas periféricas localizadas na RMS (BA)
<i>Piemonte do Paraguaçu (09)</i>	Ruy Barbosa (1)	54	Granito, gnaiss	Projetos de assentamentos
<i>Semiárido Nordeste II (18)</i>	Jeremoabo (1)	88	Ferro, quartzo, cascalho, areia, argila, manganês, fosfato, zinco, cobre	Comunidades de agricultores
<i>Litoral Sul (26)</i>	Ilhéus, Itacaré, Una (3)	218	Porto para exportação de diversos minerais: ferro, urânio, vanádio, níquel. Extração: areia, argila, água mineral, gnaiss, granito, titânio, potássio, chumbo (impactos pela exploração em Santo Amaro)	Comunidades de pescadores e população ribeirinha, indígenas, quilombolas, assentados e camponeses, zona urbana periférica, setor turístico, moradores de aterros e/ou terrenos contaminados
<i>Recôncavo (19)</i>	Nazaré, Santo Amaro (2)	50	Gnaiss, granulito, chumbo, calcário conchífero	Comunidades próximas às pedreiras, agricultores familiares, moradores de aterros e/ou terrenos contaminados, quilombolas, população urbana periférica
<i>Vale do Jiquiriçá (20)</i>	Maracás, Jaguaquara (2)	124	Vanádio, ferro, titânio, bauxita, terras raras, charnoquito	Agricultores familiares e outras comunidades do entorno.
<i>Portal do Sertão</i>	Feira de Santana (1)	87	Areia, brita	Acidentes de trabalho com trabalhadores da mineração. Impactos ambientais

Fonte: Adaptação da tabela de conflitos da mineração na Bahia. Disponível no banco de dados da mineração em <www.geografar.ufba.br>. Elaboração: os autores. Atualizada em maio de 2022.

O Território Metropolitano de Salvador e o Território do Recôncavo contam com inúmeros projetos de menor porte, mas não menos drásticos para suas populações e natureza. Trata-se, em sua maioria, de extrações de materiais para uso imediato, principalmente na construção civil, como areia e brita. Os territórios do Litoral Sul, Bacia do Rio Grande, Vale do Jiquiriçá e Médio Rio de Contas também possuem inúmeras pesquisas em andamento para projetos de extração futuros, visando minerais como ferro, tálio, bauxita, níquel, pedras ornamentais e outros.

A complexidade que envolve a atividade minerária nos territórios se expressa no avanço da fronteira do capitalismo extrativo, bem como na proporção dos impactos que se dão em diferentes escalas, não ficando restritos às áreas de extração dos minérios. Assim, seus efeitos estão espacialmente conectados a outros pontos, através de redes que se articulam com outros territórios, até distantes geograficamente, mas também impactados por circuitos de infraestrutura e logística pensados e implantados para atender e dar suporte à mineração, bem como pelo compartilhamento de “bens de uso comum” ambientalmente afetados (HARDIN, 1968).

Os projetos minerários nesses territórios têm em comum o interesse no complexo logístico a ser efetivado a partir da construção da Ferrovia de Integração Leste-Oeste (FIOL) e do Porto Sul, voltados, prioritariamente, para atender demandas de escoamento do setor mineral interligando todos esses territórios ao Oceano Atlântico, via de exportação dos minerais extraídos no subsolo da Bahia. A construção do complexo ferro-portuário, por sua vez, tem acarretado uma série de conflitos e impactos socioambientais ao longo do traçado do percurso da ferrovia e também na área selecionada para construção do Porto Sul. Ainda se soma o projeto de construção de um mineroduto proveniente de Minas Gerais, que passaria por diversos municípios em direção a Ilhéus e ao Porto Sul, outro grande empreendimento relacionado ao complexo agro-minero-exportador a ser instalado no Território Litoral Sul. O Território do Baixo Sul baiano, caso de Camamu e redondezas, possui uma diversidade de povos do campo e do mar, além de povos originários (Pataxós da aldeia Caramuru), e com pesquisas minerais

em grande dinâmica de andamento. A falta de informação gera expectativa e temor da população diante do que pode vir a acontecer e os impactos sobre a natureza, as comunidades e seus modos de vida. No âmbito nacional, Wanderley e Gonçalves (2019) analisam a “Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro”, em relatório apresentado no caderno *Conflitos no Campo Brasil – 2019*.

Trata-se de territórios com dezenas de assentamentos rurais já implantados e, no caso do Território Litoral Sul, com presença de comunidades indígenas que ainda reivindicam seus territórios ancestrais. O Território Bacia do Rio Grande é o que apresenta menor número de processos ativos na ANM, apesar de já existirem extrações minerais e novas descobertas, como de terras raras em Serra do Ramalho e tálio em Barreiras; tem suas terras exploradas, prioritariamente, pelo setor agroindustrial com seus plantios monocultores de soja e grandes fazendas de gado. As “riquezas” do subsolo podem continuar como reservas para intervenções minerárias futuras.

Portanto, a movimentação do setor extrativista-mineral é notória em todo o estado da Bahia, e os conflitos decorrentes dessa atividade atingem a grande maioria dos Territórios de Identidade. Os indicadores crescentes de processos ativos de requerimentos de pesquisa e concessões de lavra indicam a expansão de projetos já ativos e o surgimento de novas áreas de extrações. Tal cenário se assenta no apoio expresso do Estado baiano, o qual se ampara em um marco regulatório construído sem levar em conta os princípios democráticos de participação social e transparência, tendendo a prevalecer os interesses do mercado e suas corporações em detrimento dos anseios e dos direitos da população (MILANEZ, 2012).

A partir do levantamento de conflitos territoriais de mineração, até abril 2022, identificou-se 80 municípios, pertencentes a 22 Territórios de Identidade na Bahia, em que há registros de populações envolvidas em conflitos com essa atividade.¹³ A maior

¹³ O GeografAR/UFBA iniciou estes registros no II Encontro dos Atingidos e Atingidas pela Mineração, nos dias 24 e 25 de setembro de 2013, em Salvador/Bahia. Após esse evento, por meio de outras fontes e vários outros eventos e atividades de extensão, foram atualizados os dados e acrescentados novos territórios extrativo-mineral e seus respectivos municípios. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma instituição pioneira que sempre esteve à frente desses seminários sobre conflitos de mineração na Bahia e por diversas vezes foi parceira em ações conjuntas com

parte dos municípios se localizam no semiárido baiano, região que abrange cerca de 70% do território total do estado.

A sistematização dos conflitos identificados, em diferentes tempos socio-históricos (passado, presente e futuro), apresenta o panorama da complexidade que se desenrola no contexto baiano a partir da mineração. São situações de violações de direitos fundamentais que se relacionam com diversas dimensões da vida e do território.

As dimensões da água e da terra se destacam como aquelas que mais afligem as populações e se faz presente em todos os Territórios de Identidade com conflitos identificados. No que tange ao uso da água, aponta-se problemas de poluição, contaminação, seca de nascentes, captação excessiva, assoreamento de recursos hídricos, dentre outros. A dimensão da terra é afetada por diferentes vias que também ameaçam a vida dos povos do campo,¹⁴ principalmente pela não regularização de seus direitos territoriais, o que os coloca em situação de fragilidade frente a invasões por parte das mineradoras, depreciação do valor das propriedades, migrações forçadas (abandono da terra), poluição ou contaminação do solo e outras.¹⁵

Além dessas, diversas outras situações compõem a pauta dos conflitos e atingem o cotidiano dessas populações, como exemplo destaca-se a preocupação com os impactos sobre a saúde física e mental das comunidades afetadas pela mineração, muitas vezes decorrentes da inalação constante da poeira (poluição do ar), do contato com

o GeografAR nesse levantamento. A retroalimentação dos dados referentes aos conflitos da mineração é uma atividade desenvolvida constantemente no âmbito do GeografAR, para manter atualizado seu banco de dados.

¹⁴ Levantamento realizado pelo Grupo de Pesquisa GeografAR (2020) identificou uma diversidade de formas de acesso à terra por parte das populações do campo e comunidades tradicionais na Bahia, através da luta pela/na terra. São comunidades que já enfrentam, historicamente, as injustiças sociais decorrentes da concentração das terras no Brasil e que já se mobilizam na luta pela terra em defesa dos seus territórios de vida. São mais de 2.700 registros de formas de acesso à terra identificadas na luta, correspondendo a cerca de 50 territórios de 28 povos indígenas, 950 comunidades rurais quilombolas, mais de 600 comunidades de fundo e fecho de pasto, mais de 180 colônias, associações e/ou sindicatos de pescadores, mais de 400 assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra, mais de 500 projetos de assentamento de reforma agrária.

¹⁵ Dentre as categorias de conflito apresentadas no relatório *Conflitos da Mineração no Brasil 2020*, os conflitos em relação a “Terra” e “Água” foram os que mais se destacaram, com 384 e 319 ocorrências de conflito, de um total de 823 ocorrências, correspondendo a 33,6% e 27,9%, respectivamente. Wanderley, Leão e Coelho (2020) analisam os conflitos em torno da água e mineração em publicação no *Caderno Conflitos no Campo – Brasil 2020*, no artigo “A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro”.

produtos tóxicos (notadamente dos trabalhadores do ramo extrativo-mineral), do barulho provocado por explosões/detonações, as quais provocam além de problemas nas estruturas das casas (rachaduras), medo, ansiedade e estresses (há relatos de casos de pessoas que desenvolveram depressão e até de óbitos) provocados por essas e outras situações degradantes vivenciadas pelas comunidades.

De um lado, a vida e a qualidade de vida nesses territórios são ameaçadas e afetadas sistemática e negativamente, em geral os indicadores socioeconômicos não demonstram melhorias ao longo do tempo. Do outro lado, empresas mineradoras e o Estado (governos de diferentes orientações políticas) seguem com narrativas desenvolvimentistas exaltando a mineração como via de acesso a uma melhor qualidade de vida nos territórios. De um lado o discurso, do outro a realidade que o contrapõe.

Considerações, mas não finais...

Essa breve abordagem demonstra o panorama dos territórios extrativo-mineral na Bahia e a inserção desse estado nas novas fronteiras do capitalismo extrativo. Os territórios-abrigo, lugar de morada e de sobrevivência da população do campo, das águas e das florestas, dos grupos tradicionais e de populações urbanas, sobretudo nas periferias das cidades, são sobrepostos pela lógica do neoextrativismo mineral em seu *modus operandi* espoliador. Os territórios extrativo-mineral contam com forte apoio estatal, suplantado por um modelo de desenvolvimento econômico predatório, caracterizado pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) como antidemocrático, antinacional e antipopular.

Não se identifica na atuação do Estado o mesmo reconhecimento e empenho para a regularização fundiária dos territórios tradicionais. Ao contrário, os retrocessos na legislação federal, e também aqueles na estadual, facilitam, incentivam e tornam permissivas as implantações de grandes empreendimentos

minerários, além de outros empreendimentos em setores como o de energia (eólica e linhas de transmissão) nesses espaços. As flexibilizações ambientais potencializadas pelo atual governo, cuja “boiada vai passando” sem nenhum diálogo, causam preocupação e devem ser motivo de mobilização popular e atenção científica constante.

A complexidade produzida pela mineração, no estado da Bahia, seja a partir da dimensão, intensidade ou profusão dos impactos sobre a natureza e as populações, produzem externalidades negativas que se manifestam em conflitos, os quais se reproduzem para além dos limites definidos pelos diferentes Territórios de Identidade nos quais os projetos mineradores são implantados.

O compartilhamento desses conflitos se dá, sobretudo, no campo, mas se faz presente também em cidades, e se abate sobre diversas populações. Os povos do campo, comunidades rurais e em vários casos também urbanas, comunidades de fundo e fecho de pasto, associações de pescadores, associações de produtores rurais, comunidades quilombolas, assentamentos, trabalhadores dos garimpos e das indústrias extrativistas, agricultores familiares, povos originários, dentre outros.

No âmbito das problemáticas identificadas neste mapeamento dos conflitos da mineração na Bahia, diversas dimensões são atingidas, com inúmeros problemas socioambientais, entre os quais: disputa pela terra, impactos sobre a saúde física e mental de trabalhadores da mineração e da população em geral, degradação dos ecossistemas (fauna, flora), questões sobre uso da água. No que tange à dimensão da água, os impactos sobre os recursos hídricos em determinado Território de Identidade são sentidos também em outros que compartilham de sistemas hídricos integrados, seja uma bacia hidrográfica, um rio, córrego, açude ou aquífero.

Desse modo, as externalidades negativas da mineração não se limitam a barreiras territoriais, mas através dela atinge-se várias dimensões da vida social e da natureza. Na Bahia, várias situações identificadas dão conta dessa constatação e do quão prejudicial

podem ser os impactos da atividade minerária, sobretudo para a população que está em contato mais direto com os empreendimentos extrativos minerais.

Diante desse cenário, observa-se o acirramento das lutas sociais e o aumento dos movimentos de resistência frente ao modelo mineral desenvolvido nos territórios baianos. Surgem movimentos como a “Articulação de Enfrentamento ao Modelo Mineral na Bahia” que, em articulação com diversos outros movimentos sociais e instituições parceiras, se mobilizam através de uma práxis emancipatória no questionamento das práticas espoliadoras que são empregadas no espaço baiano, ao longo dos séculos e também no contexto do neoextrativismo mineral.

Práticas que reforçam a noção de dependência alijada na instituição de uma mentalidade política e econômica, colonizadora e exploradora de matérias-primas, que perpetua continuamente sua lógica: a de explorar economicamente territórios, sugando os bens que eles podem “oferecer”, a despeito das consequências que esse processo acarreta para a natureza e as populações presentes. Estas são, em grande medida, invisibilizadas em seus próprios territórios de origem, ignorando-se seus modos de vida tradicionais que, em grande medida, se dá por meio de uma relação simbiótica e respeitosa com a natureza, da qual o povo é parte integrante e, portanto, os diretamente atingidos.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos às comunidades e organizações populares – CPT, AATR, MAM e todas as demais que compõem a Articulação de Enfrentamento ao Modelo Mineral na Bahia e em Defesa da Vida – que constituem a base principal dos dados apresentados nesta publicação, bem como dos registros constantes no Banco de Dados do Grupo de Pesquisa GeografAR. A aproximação da Universidade com a realidade, buscando colocar o conhecimento a serviço da sociedade, é primordial para o

desenvolvimento social e científico do país.

Referências

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 46-87.
- ACSELRAD, Henri. Meio ambiente e justiça. Estratégias argumentativas e ação coletiva. In: ACSELRAD, Henri et al. (org.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios extrativo-mineral na Bahia: Violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ANTONINO, Lucas Zenha; GERMANI, Guiomar Inez. A mineração e os conflitos territoriais na Bahia. In: MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (orgs.). **Amputação das montanhas do sertão: Ecocídio e mineração na Bahia**. 1ª ed. Paulo Afonso: Editora Sabe, 2021. pp. 29-72.
- BAHIA. Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM. 2021. Disponível em: <<http://www.cbpm.ba.gov.br/>>. Acesso em 01/08/2021.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento – SEPLAN. 2021. **Territórios de Identidade da Bahia**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em 02/09/2021.
- BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. (orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**, Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. pp. 39-69.
- BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. **SOS Mata Atlântica e INPE lançam novos dados do atlas do bioma**. 2019. Disponível em:

<http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5115>. Acesso em 20/07/2020.

BRASIL. **Mapa dos Conflitos da Mineração no Brasil. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.** 2021. Disponível em: <<http://emdefesadosterritorios.org/mapa-de-conflitos-da-mineracao-revela-722-casos-e-823-ocorre%cc%82ncias-em-2020-envolvendo-ao-menos-1-088-012-pessoas-no-brasil/>>. Acesso em 20/07/2021.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional de Mineração. **Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE.** 2021. Disponível em: <<https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>>. Acesso em 20/09/2021.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia – MME. **Portaria nº 135, de 28 de março de 2020.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria-135-20-MME.htm>. Acesso em 20/09/2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>. Acesso em 20/08/2021.

DA SILVA, Everton; ANTONINO, Lucas Z. Os territórios da mineração não entram em quarentena! In: SANTOS NETO, Artur; FERNANDES, Elaine (orgs.). **Coronavírus e crise do capital: impactos aos trabalhadores e à natureza.** Goiânia: Editora Phillos Academy, 2020. pp. 299-326.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo: Xamã, 1996.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: Ação e debate nas arenas públicas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GEOGRAFAR. Grupo de Pesquisa Geografia dos Assentamentos em Área Rural. **Formas de acesso à terra identificadas na luta.** 2021. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/>>. Acesso em 20/09/2021.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, Jürgen et al. (orgs.). **Extractivismo, política y sociedad.** Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

HARDIN, Garret. The Tragedy of Commons. **Science**, v. 162, pp. 1243-1248, 1968.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. **Mineradoras devem ser ‘companhias verdes’ para ter sucesso no mercado de capitais**. 2021. Disponível em: <<https://ibram.org.br/noticia/mineradoras-devem-ser-companhias-verdes-para-ter-sucesso-no-mercado-de-capitais/>>. Acesso em 20/08/2021.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: Sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (orgs.). **Amputação das montanhas do sertão**: Ecocídio e mineração na Bahia. 1ª ed. Paulo Afonso: Editora Sabeh, 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, Juliana; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim (orgs.). **Novo marco legal da mineração no Brasil**: para quê? para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, nº 19, pp.119-148, 2013.

MONTALVÃO, Pablo Henrique da Silva; MOREIRA, Poliana Machado da Silva; NUNES, Rafael Augusto. O processo de territorialização da mineração no estado da Bahia: Conflitos e resistências em defesa do território. In: ALVES, Murilo; CARNEIRO, Karine; SOUZA, Tatiana; TROCATE, Charles; ZONTA, Marcio. (orgs.). **Mineração**: realidades e resistências. São Paulo: Expressão Popular, 2020. pp. 381-410.

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 256-295.

NASCIMENTO, Poliana de Sousa. Entre o “respirar” das máquinas e o respirar da vida: o discurso da essencialidade da mineração e o direito de viver em tempos de pandemia. **Wamon**, v. 5, nº 2, pp. 225-234, 2020.

- OLIVEIRA, Fátima Cristina da Silva; MARQUES, Juracy; BOMFIM, Luciano. Ecologia das águas e das almas de Boquira: dilemas socioambientais no sertão baiano. **Ecologias Humanas: Revista da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana**, v. 3, nº3, pp. 31-52, 2017.
- PIMENTEL E SILVA, Christiane. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, nº 134, pp. 34-51, 2019.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- RADIS, Comunicação e Saúde. Uma fonte de danos aos habitantes de Bom Jesus da Serra. Reportagem de Bruno Dominguez. **Radis**, Fiocruz, Rio de Janeiro, 30 out. 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando ambiente, território e lugar: a luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, nº 1, pp. 16-64, 2020.
- WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Júnior de Assis Fernando. Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, pp. 132- 141, 2019.
- WANDERLEY, Luiz Jardim; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; COELHO, Tádzio Peters. A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 2, pp. 172- 171, 2020.
- WANDERLEY, Luiz Jardim; ZUCARELLI, Marcos Cristiano; FARIAS, Michele Cristina; MANSUR, Maíra; MILANEZ, Bruno. Pandemia da covid-19 e a mineração no Brasil: contribuições para a crítica ao modelo. **Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração**, Brasil, 2021.
- ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A mineração não parou! Os efeitos de uma essencialidade forjada durante a pandemia da covid-19 no Brasil. **Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração**, Brasil, 2021.

Lucas Zenha Antonino é Doutor em Geografia (UFBA), Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA e vinculado ao Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA). **E-mail:** lucaszenhas@gmail.com

Valdirene Santos Rocha Sousa é doutoranda em Geografia (UFBA), Professora do Instituto Federal da Bahia – IFBA e vinculada ao Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA). **E-mail:** valdirene.ifba@gmail.com

Guiomar Inez Germani é Doutora em Geografia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (PPGEO/UFBA) e líder do Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA). **E-mail:** guio_ufba@yahoo.com.br

Artigo enviado em 27/09/2021 e aprovado em 25/02/2022.